



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

**ALICE DE AZEVEDO MONTEIRO – SIGNATÁRIA DOS JARDINS DE  
INFÂNCIA NA PARAÍBA DA DÉCADA DE 1930.**

Shirley Targino Silva

*Universidade Federal da Paraíba (UFPB), shirleyzinhatargino@hotmail.com*

Larissa Meira de Vasconcelos

*Universidade Federal da Paraíba (UFPB), meiravasconcelos@gmail.com*

Bruna Gomes de Oliveira

*Universidade Federal da Paraíba (UFPB), brunagoliveira2009@hotmail.com*

**Resumo:** O presente estudo está inserido na temática da História das Mulheres no Brasil. O objetivo geral deste trabalho é analisar a trajetória de vida da professora Alice de Azevedo Monteiro, em consonância com sua participação ativa nos meios sociais e educacionais da Paraíba. A finalidade desta pesquisa é levantar fontes que nos façam lembrar a história de mulheres e educadoras que viveram Paraíba durante o século XX, contribuindo para a história da educação brasileira. Do mesmo modo, este estudo está centrado na modalidade de uma pesquisa documental e bibliográfica. Nessa perspectiva, o foco deste trabalho é prestigiar a trajetória de vida da educadora Alice de Azevedo Monteiro abordando elementos para o debate histórico, com enfoque na atuação educacional, social e política na década de 1930 no Brasil e na Paraíba. Nessa perspectiva, o trabalho se embasa pelo aporte teórico da Nova História Cultural. Perspectiva histórica no campo da cultura que nos remete à história vista por outro ângulo, uma história feita por homens e mulheres comuns acerca de suas representações sociais. Assim como Roger Chartier, a tendência deste estudo é intensificar a proposição de que a história não se constrói apenas pelos grandes heróis, mas também por indivíduos comuns que fizeram e continuam fazendo parte do processo de avanços e conquistas da humanidade. Uma crítica análise biográfica revela que Alice de Azevedo Monteiro teve participação significativa na educação paraibana no que se refere às práticas políticas e educativas propagados pela sua ideologia em apoio a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino.

**Palavras-chave:** Mulheres. Alice de Azevedo Monteiro. Jardins de Infância.



## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo desvelar a trajetória de vida da educadora Alice de Azevedo Monteiro. Podemos dizer que Alice de Azevedo Monteiro foi uma mulher envolvida nas questões do seu tempo, se destacando em lugares que, um pouco antes, as mulheres não frequentavam. Talvez o fato de ter sido uma jovem de família abastada tenha facilitado a sua entrada nos ambientes outrora exclusivos aos homens. A sua associação ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), contribuiu para a memória historiográfica da Paraíba, tanto no cenário das lutas pelo progresso feminino quanto no âmbito educacional. Sobre tal fato podemos afirmar que a professora foi, realmente, uma mulher diferenciada, porque se entrarmos nos arquivos públicos veremos poucas histórias no que concernem a história das mulheres. É a partir do século XVIII, que as mulheres começam a ocupar um lugar central na história do cotidiano, histórias essas que expressavam conflitos, situações familiares difíceis e a relação da vida de pessoas que tentaram de tudo para sobreviver. Provavelmente, se Alice de Azevedo Monteiro não fosse advinda de uma família tradicional, talvez não tivesse ocupado os lugares que ocupou, se não tivesse publicado seus escritos não teríamos encontrado os vestígios de suas memórias nos arquivos do nosso estado. Dialogando em consonância com Michelle Perrot, é digno de nota observar que as mulheres passaram a escrever tardiamente em espaços públicos, visto que o recorte referente a este estudo é da primeira do século XX.

De maneira geral, a presença das mulheres nesses arquivos se dá em função do uso que fazem da escrita: é uma escrita privada, e mesmo íntima, ligada à família, praticada à noite, no silêncio do quarto, para responder às cartas recebidas, manter um diário e, mais excepcionalmente, contar sua vida. Correspondências, diário íntimo, autobiografia não são gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais adequados às mulheres justamente por seu caráter privado. (PERROT, 2013, P.28).

Isso nos indica o fato de que ainda existem poucas autobiografias de mulheres, porque algumas ao chegarem ao meio ou final de uma vida se questionam sobre o porquê de falar sobre sua vida, minha vida não foi nada, diz a maioria das mulheres. Aquelas que o fizeram, falaram sobre formas de memórias do seu tempo, com pretensão de evocar os homens com quem conviveram. Felizmente no século XX, a situação começou a mudar consideravelmente, nasce nas mulheres uma vontade de preservar suas memórias, para lutar contra o esquecimento de sua existência.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Quando se fala a respeito da presença das mulheres nas bibliotecas, tal fato se refere à história das mulheres ao longo dos anos, que tiveram como vias de escrita a religião, através da oração, e o imaginário, com os romances e as poesias. Dois fatores que influenciaram na escrita das mulheres aristocratas foram os conventos e os salões, as religiosas copiavam os manuscritos e os salões eram compostos por homens galantes o que exigia uma linguagem mais elevada. Ao longo do tempo surgem outros fatores que levam as mulheres ao encontro da escrita, por exemplo, a existência de um público leitor feminino, a predominância de alguns gêneros, como gastronomia, pedagogia, imprensa de moda e os romances. Em todo o caso, daí em diante pode-se ter alguns escritos e ouvir mais a “voz” das mulheres.

Na Paraíba o movimento feminista tinha um papel moralizador, prezava pela elevação da família e o aperfeiçoamento do lar, a maternidade era um símbolo sagrado e de função primordial, portanto as mulheres tinham que conciliar suas funções. Dessa forma a característica do feminismo paraibano da época era proposta por um papel de colaboração com o homem, continuando com seu fiel papel de administradora do lar. A busca era por um pensamento autônomo para agir e possuir os mesmos direitos que os homens tinham.

As questões em torno dos direitos políticos e civis foram postas em discussão intensivamente ao logo do período que antecedeu a constituinte de 1934, e o resultado da luta só veio acontecer, em 1962, 28 anos depois do direito ao voto, com a lei 4121, e com a aprovação do Estatuto Civil da mulher, equiparando os direitos dos cônjuges (SILVA, 2007, p.78).

A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) tinha uma pauta com um conteúdo educativo, a qual visava um interesse no contexto da conjuntura política local, elaborando novas ideias educacionais, a exemplo do apoio ao processo de Escola Nova que chegou fortemente ao Brasil no começo do século XX e ao processo de expansão do ensino, que tinha como intuito elevar o nível de instrução para as mulheres. A composição da associação dava-se por 12 núcleos de trabalhos, os quais eram destinados às sócias e demais mulheres. Nesse bloco de ensinamentos encontravam-se a literatura e cultura da língua materna; brasilidade (geografia e história da pátria); francês; inglês; alemão; italiano; economia doméstica; cultura física; prendas domésticas; pinturas; jogos recreativos; músicas; beneficência e educação política – social (noção de direito usual). Na época, as sócias fundaram também uma biblioteca para que pudessem discutir sobre leitura e fazer melhores estudos.



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

O papel educativo foi preponderante nas práticas culturais da associação paraibana. Logo que as condições permitiram, as sócias mantiveram uma escola para aqueles que, não estando em idade escolar ou que trabalhando para a própria manutenção, não dispunham de bastante tempo para estudar. (A UNIÃO, 15 de março de 1933. p. 8, *apud* SILVA, 2007. p. 79).

Na segunda metade da década de 1930 os movimentos das mulheres e as organizações começam a recuar em comparação com décadas anteriores. Formalmente, as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas, já podiam votar e serem votadas, ingressar nas instituições de ensino e no mercado de trabalho. O sistema social e político absorvera as conquistas das mulheres, as quais implicaram no reconhecimento de sua efetiva cidadania.

Em 1937, Getúlio Vargas decreta o Estado Novo e fecha o Congresso até 1945. Com isso, o feminismo foi sufocado junto com os demais movimentos sociais. A capacidade de mobilização das organizações políticas incluindo a FBPF foi abalada e, momentaneamente, encerrada a carreira das mulheres que estavam no parlamento.

De uma maneira mais ampla, podemos dizer que a partir da década de 1940, a Paraíba passava a ter um movimento feminista de configuração em torno das mobilizações de cunho assistencialista e beneficente, voltadas, especialmente, para arrecadação de verbas para obras de caridades, a exemplo da *Associação das Donas de Casa – ADC*; *Noelistas*; *Sociedade de Professores da Paraíba – SPP*; *Legião Brasileira de Assistência – LBA*; *Federação das Bandeirantes da Paraíba – FBP*; *Damas da Ação Social – DAS*, entre outras (SILVA, 2007, p. 80).

Já na segunda metade do século XX, precisamente após o ano de 1970, o feminismo vai à luta pela “liberação” das mulheres, no sentido de igualdade entre os gêneros. As mulheres se redescobrem no amor, amizade, sexo, prazer e homossexualidade. O direito ao saber já vem de uma luta antiga, que se consolida não somente com relação à educação, mas à instrução, porque ela comanda tudo, a leitura, a escrita, o trabalho, o prazer, a emancipação, a promoção e os direitos iguais. As reivindicações pelos direitos sobre o corpo começam a surgir com o chamado feminismo contemporâneo, que se dá nem toda parte que há movimentos, que puseram sentido sob a forma de revolução, com o direito à interrupção de uma gravidez e à liberdade de contracepção. A França reconhece isso no ano 1975, com a Lei Veil<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, nos anos de 1980, novamente a França junto ao mundo ocidental

<sup>1</sup> A Lei Veil entrou em vigor no dia 17 de janeiro de 1975 e sua principal contribuição foi a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Tem seu nome em homenagem à política francesa Simone Veil, a mesma que projetou a lei, a primeira mulher a presidir o Parlamento Europeu.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

luta pela proteção da mulher, através das lutas em favor da penalização do estupro, assédio sexual no trabalho, do incesto e da submissão a maus tratos físicos.

As mudanças foram muitas e até chegou a tratar a mulher como vítima de causas abomináveis. Revendo a importância desses movimentos, hoje podemos medir seus efeitos e melhorias nas causas sociais pela modernização das relações entre os gêneros. Podemos dizer que, hoje, a história das mulheres é campo sólido nas pesquisas acadêmicas, mas, que para estar consolidado foi e é necessária uma luta constante. Neste sentido, podemos destacar a Nova História Cultural junto à renovação historiográfica e o alargamento de objetos, “[...] vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las<sup>2</sup>”. (BURKE, 1997, p. 126). Esta renovação permitiu enxergar a mulher como sujeito da história, nesta direção, Rachel Soihet (1998, p. 77), diz que “Some-se a esse processo a segunda vaga do feminismo [...]”. Portanto, a inclusão da mulher neste cenário acompanha as campanhas do feminismo.

### **Metodologia**

Para a formulação deste trabalho, a pesquisa focou as fontes pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), numa pesquisa biobibliográfica, na qual se trabalhou com o jornais e revistas pertencentes ao referido recorte da década de 1930. Compreende-se que uma história individual pode contribuir para a compreensão de uma época, revelando os costumes, modos de pensamentos, ideologias e vivências. O presente trabalho construiu-se também com o auxílio de livros, documentos, artigos e dissertações que evidenciam a sociedade na qual a educadora Alice de Azevedo Monteiro esteve como partícipe da história, escrevendo e consolidando contribuições à educação na Paraíba.

Por outro lado, buscamos uma perspectiva temporal sobre A nova História Cultural, que também é conhecida como a terceira geração dos Annales. No campo da história da educação, esta vem contribuir de modo a não se interessar apenas pelos grandes movimentos educacionais ou grandes pensadores, mas volta seu olhar para novos objetos de culturais, suas experiências da mudança social, pesquisas e novas maneiras de abordá-los. Desde o seu surgimento, a Nova História Cultural deslocou sua atenção para a história dos homens comuns, preocupando-se com suas práticas

---

<sup>2</sup> Sobre os novos objetos, destacam-se Pierre Nora e Jacques Le Goff em *Faire de l'histoire*, de 1974, obra que traz uma coleção de três volumes intitulados de “Novos problemas”, “Novas abordagens” e “Novos objetos”.



A nova história cultural nasce da crítica ao historicismo e pela elevação da dimensão cultural da História. Essa mudança decorre de novas forças sociais, que configuram diferentes lutas e atingem vários campos do saber, reabrindo as discussões teórico-metodológicas sobre a história. Esse processo tem como marco o alargamento do conceito de fontes, o qual possibilita incorporação de novos objetos e sujeitos, no processo histórico, que durante muito tempo ficaram ocultados ou desconsiderados da historiografia. Surge na década de 1980 uma interna distinção sobre o campo da cultura, com fortes críticas à história tradicional ou história cultural clássica, ampliando os estudos e as escritas sobre várias abordagens da história cultural. “A história cultural tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988. p. 16-17). Podemos dizer que esse movimento se estabelece em uma configuração sobre pensar a historiografia acerca da cultura popular, sem excluir as expressões de cultura das elites. No campo da história da educação, não importa apenas os movimentos educacionais ou grandes pensadores, mas voltam-se os olhares para novos objetos de pesquisas e novas maneiras de abordá-los. A nova história cultural, desde o seu surgimento, deslocou sua atenção para a história dos homens e mulheres comuns, preocupando-se com suas práticas culturais, suas experiências na mudança social (SANTOS, 2009, p. 25).

### **Resultados e Discussões**

Alice de Azevedo Monteiro foi educadora, jornalista e exibiu participação ativa na *Associação Parahybana Pelo Progresso Feminino*, motivos pelos quais se destacou na sociedade paraibana. Em seu aspecto jornalístico, foi autora de artigos e poesias que escrevia para os jornais *A UNIÃO* e *A IMPRENSA*, meios de grande circulação da imprensa da capital paraibana, e para a *REVISTA DO ENSINO* e *ERA NOVA*. Como educadora, foi responsável pela fundação do primeiro Jardim de Infância particular, no ano de 1932, e do primeiro Jardim de Infância oficial, fruto da iniciativa da Diretoria do Ensino Público do Estado da Paraíba.

Em seu tempo, também exerceu o cargo de secretária da *Associação Parahybana Pelo Progresso Feminino* (doravante referida por APPF), foi sócia efetiva do *Instituto e Histórico e Geográfico da Paraíba* (IHGP), vice-presidente da *Sociedade de Professores Primários*, e presidente da *Sociedade de Assistência aos Lázaros na Paraíba*.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Nota-se que, com tantas e tão expressivas participações no cenário paraibano, Alice de Azevedo Monteiro chegou a ser uma mulher influente e participativa no seu tempo e cenário. Isto posto, estudar esta educadora mostra-se um ponto importante e revelador no contexto de escolarização da Paraíba. Desta forma, esta seção está dedicada a biografar a autora e a destacar sua influência no cenário da época.

Sua trajetória, no campo educacional, tem início no ensino noturno. A modalidade era destinada ao ensino das primeiras letras para adultos. Foi nomeada com o decreto nº 954, de 28 de junho de 1918. Apesar de não ter sido nesta área a principal contribuição da professora, ela ainda obteve destaque e reconhecimento pelos serviços prestados à comunidade paraibana no ensino noturno.

A professora também demonstrou sua preocupação social. Ao se tornar presidente estadual da *Sociedade de Assistência aos Lázaros* a professora foi instrumental em conseguir fundos para a construção do Preventório Eunice Weaver, que teve construção iniciada em 1938 (SANTOS, 2003). O instituto foi idealizado como um centro de apoio aos filhos dos leprosos. Neste sentido, este novo centro não deixaria de demonstrar a vocação central da professora, servindo como centro de educação e proteção à infância.

A ocasião da construção do Preventório rendeu uma entrevista da então presidente na Paraíba da *Sociedade de Assistência aos Lázaros* ao jornalista do Jornal Oficial Francisco Coutinho de Lima e Moura<sup>3</sup>, que publicou a entrevista em seu livro de 1939.

\_\_ O Preventorio é uma das partes mais importantes do aparelhamento anti-leproso. Recolhida a criança recém-nascida, fica sob a responsabilidade da Sociedade de Assistência aos Lázaros, até a maioridade, quando se acha libertada do mal de Hansen. (MOURA, 1939).

---

<sup>3</sup> Francisco Coutinho de Lima e Moura foi Tenente Coronel da Guarda Nacional, ocupou diversos cargos de servidor público como: Professor do Liceu Paraibano, funcionário da Repartição dos Correios e Telégrafos como telegrafista, Deputado Estadual na legislatura de 1899. Fundou o Tiro de Guerra da Paraíba. Foi jornalista militante, servindo no Jornal Oficial do qual chegou a ser gerente. Foi um dos fundadores do IHGP. **Fonte:** [http://www.ihgp.net/luizhugo/francisco\\_coutinho2.html](http://www.ihgp.net/luizhugo/francisco_coutinho2.html), acessado em 28/07/2016.



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O



Figura 1 - Homenagem da Revista do Ensino à Alice de Azevedo Monteiro

A revista do Ensino, meio em que a professora Alice de Azevedo Monteiro publicava artigos com certa frequência, publicou, em abril de 1942, uma dedicatória, na qualidade de homenagem póstuma, à educadora (Figura 3). Apesar deste indício, não é possível definir o ano em que a educadora de fato faleceu. A edição da Revista do Ensino que publicou a homenagem data de abril de 1942. Entretanto, a edição anterior da revista data de agosto de 1938. Desta forma não é possível utilizar deste indício para definir o ano de seu falecimento.

Contudo, na mesma edição em que publicou a homenagem póstuma, a revista ainda publicou um artigo da professora intitulado *Jardins de Infância*. Sendo assim, é razoável acreditar que o falecimento da professora Alice de Azevedo Monteiro tenha ocorrido em uma data mais próxima da data de publicação da referida edição da revista. Neste último artigo Alice de Azevedo discursa sobre a importância dos jardins da infância.



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Nenhuma terra se poderá vangloriar de possuir um aparelhamento completo de instrução se não possuir escolas maternais.

Nas movimentações públicas das escolas, nas paradas infantis, sente logo o verdadeiro professor que aquelas crianças entraram tarde demais para a escola. Mau grado o esforço evidente e inconfessado dos professores e maior parte dos alunos “que não sabe estar bem posta”, faz maus pontos de comportamento nesses dias. (MONTEIRO, 1942, p 25).

Digno de nota é fato de não ser encontrada, até o hoje, a data de nascimento da educadora supracitada. Esta lacuna causa desconforto a presente narrativa, pois Alice de Azevedo teve um espaço privilegiado na dimensão pública da sociedade paraibana. Dialogando com Michelle Perrot, possivelmente, tal fato esteve ligado a desvalorização da mulher por parte da História oficial, sinalizando uma grave falha da historiografia paraibana na qual a posição hierárquica do gênero masculino torna-se responsável. De acordo com Perrot (1989):

Essa ausência no nível da narrativa se amplia pela carência de pistas no domínio das “fontes” com as quais se nutre o historiador, devido à deficiência dos registros primários. No século XIX, por exemplo, os escriturários da história – administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública- deixam bem poucos registros que digam respeito às mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio. (PERROT, 1989, p. 10).

Sendo assim, este estudo nos revela que mesmo Alice de Azevedo Monteiro sendo uma mulher a qual contribuiu nos âmbitos educacionais, políticos e sociais ficou sujeita à autoridade masculina. Indo de encontro com as diversas formas de dominação masculinas as mulheres intelectuais paraibanas enfrentaram as restrições e preconceitos marcando seus espaços na historiografia paraibana, mesmo que alguns dados cruciais para o detalhamento de um estudo biográfico se fizessem relegados ao esquecimento. É sabido que as novas preocupações historiográficas revelam cada vez mais a ação e inclusão da mulher na História. Segundo Perrot (1988):

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 1988, p. 48).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

A citação acima nos revela a importância da prática organizativa traçada pelas mulheres, táticas utilizadas para subverter a situação de dominação em que se encontravam. Para tanto, a saída da mulher da condição de dona do lar para a escola, trabalho, sociedade produtiva, política e imprensa, foi marcada por intempéries agressivas, sabe-se que os avanços para participação da mulher na sociedade não se deram de forma amistosa, elas tiveram que capacitar-se e organizar-se para conseguir seus espaços e que muitas eram permeados de desvalorização.

### **Conclusões**

Este artigo foi escrito com intuito de apresentar a trajetória de vida da educadora paraibana Alice de Azevedo Monteiro, como também, para rememorar a relevância de sua inserção na história da educação do Brasil, enquanto educadora.

Desta feita, ressaltamos que escrever sobre a trajetória de Alice de Azevedo Monteiro, é uma forma de sair do silêncio, que por muito, nós, como mulheres estivemos imersas, como nos apontou Michelle Perrot. É, ainda, reconhecer que toda e qualquer trajetória do indivíduo possui história. E, mesmo quando o seu ideário de educação feminina pareceu ser limitado, por ele estar ancorado no espaço doméstico junto à figura da materna, Alice, muito contribui para pensar a educação feminina numa época em que poucas mulheres eram letradas, ela conseguiu seu espaço como educadora e escritora na imprensa paraibana. Sua atuação como criadora dos jardins de infância na Paraíba pode ser considerada como uma denúncia do quadro educacional na época, e clamor por educação de qualidade, envolvendo a emancipação feminina. Portanto, pensar na militância educacional e política de Alice de Azevedo Monteiro, é pensar no seu legado pela emancipação feminina e pela história da educação brasileira.

### **Referências**

BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929 – 1989: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

MONTEIRO, A. A. O Jardim da Infância. **Revista do Ensino**, João Pessoa, p. 25-16. 1942.

MOURA, F. C. L. **Reminiscências, Figuras e Fatos da Paraíba**. João Pessoa: [S.I.], 1939.

SILVA, F. D. **A Eva do Século XX: Analice Caldas e outras educadoras**. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

SOIHET, Rachel. *História das mulheres e história de gênero um depoimento*. Cadernos pagu, 1998, p. 77-87. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51201>. Acesso em 20 de out de 2015 às 13:20.

PERROT, M. Práticas da Memória Feminina. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, nº 18, agosto de 1989/setembro de 1989.

PERROT, M. Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª Ed. , 1988.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SANTOS, T. D. M. **Magistério em declínio**: histórias e memórias de ex-alunas do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves (1970). Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

SANTOS, V. S. M. Pesquisa documental sobre a história da hanseníase no Brasil. **História, ciência e saúde**. Manguinhos. vol.10, pp.415-426, 2003.